

Mediatização da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil por meio do Jornal Evangélico: Aspectos Históricos

Por Ricardo Zimmermann Fiegenbaum*

Resumo:

O processo de mediatização da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) através do seu Jornal Evangélico (Jorev) é marcado por conflitualidades inerentes às lógicas que presidem os campos midiático e religioso. Destaco a peculiaridade desta mediatização que ocorre no interior do campo religioso, o processo histórico que culminou com a estratégia da IECLB de constituir um jornal para realizar seus objetivos interacionais e a gênese do Jorev. Finalmente, aponto para as tensões de campos ao longo da existência do jornal, a partir de cartas, relatórios e atas produzidas no interior do campo religioso. Portanto, neste artigo busco analisar o processo histórico pelo qual o Jorev se constituiu como dispositivo de comunicação da IECLB, configurando uma relação tensa entre campos, mas também sendo implicado nos embates internos do corpo social do campo religioso por reconhecimento e poder.

Palavras-chave:

Mediatização – mídia – campos sociais – Jornal Evangélico - IECLB

Introdução

Para começo de conversa, peço licença ao leitor e à leitora para fazer-lhes uma dupla advertência em relação ao artigo aqui apresentado. A primeira é sobre o lugar de onde falo. A segunda, da finalidade do texto. Em relação à temática desta publicação – Religião e Mídia – eu me encontro na outra margem – Mídia e Religião. Isso significa dizer que, ao inverter a ordem dos termos não estou fazendo apenas um jogo de palavras, mas, fundamentalmente, explicitando um lugar de onde observo o fenômeno de interação destes dois campos sociais. Portanto, estou interessado mais nos aspectos comunicacionais do que religiosos, embora a

* Teólogo, Jornalista, Mestre em Comunicação Social e doutorando em Comunicação Social pela Unisinos.

abordagem seja fundamentalmente das suas interfaces. A segunda advertência é sobre a finalidade do texto. Originalmente ele foi escrito como terceiro capítulo da minha dissertação de mestrado em Ciências da Comunicação¹. Logo, ele se constitui num lugar de passagem de uma reflexão teórico-metodológica sobre midiatização da religião para uma análise empírica das conflitualidades de campos – campo midiático e campo religioso – manifestadas nos discursos midiáticos. Assim, neste artigo, a base teórica dos conceitos utilizados, entre os quais campos sociais, campo religioso, campo dos mídias e midiatização, está pressuposta, sendo referida apenas e na medida em a análise requeira a sua alusão.

Colocadas as advertências acima, o objetivo principal deste artigo, ou seja, analisar o processo de midiatização da IECLB, de acordo com as suas especificidades e nos seus aspectos históricos, fica devidamente contextualizado. Para alcançar este objetivo, realizo quatro movimentos distintos. Na primeira parte, busco caracterizar teoricamente a natureza da midiatização da IECLB. Por se tratar de uma midiatização muito peculiar, configurada como um processo que ocorre dentro do campo religioso, esta abordagem deve apontar para novas questões na relação entre mídia e religião. Na segunda parte, a problemática da midiatização da IECLB é abordada nos seus aspectos históricos, ou seja, abordo, do ponto de vista da história da midiatização da igreja, alguns aspectos que culminam com a estratégia da IECLB de constituir um jornal para realizar seus objetivos interacionais. Esta parte desencadeia a fusão dos dois principais jornais regionais. O processo genealógico de surgimento do Jornal Evangélico a partir da fusão dos jornais regionais é analisado, ainda numa perspectiva histórica, na terceira parte. Em outras palavras, busco recuperar o processo pelo qual o Jornal Evangélico se constituiu como dispositivo de comunicação da IECLB, trazendo consigo as conflitualidades do próprio campo religioso nos embates internos do seu corpo social por reconhecimento e poder e nas quais o jornal também se viu implicado. Por fim, situo o problema da conflitualidade

¹ Midiatização do campo religioso e processos de produção de sentidos. Análise de um conflito anunciado – O caso do Jornal Evangélico da IECLB. Unisinos: PPG Ciências da Comunicação, março de 2006.

ao longo da existência do jornal, a partir dos anos de 1970 até o final dos anos de 1990, apontando para as tensões dessa relação de campos, recuperadas em cartas, relatórios e atas produzidas no interior do campo religioso. Nelas encontro referências explícitas desta problemática de conflito que ocorre no processo de mediação da IECLB por meio de seu Jornal Evangélico.

Essas caracterizações devem apontar para aspectos dessa relação de campos que se configura dentro do campo religioso, apontando para a origem e a manifestação de conflitualidades inerentes aos campos em questão e entre os campos implicados neste processo. Eis aí, também, o problema que serve de horizonte para esta análise: o de que o processo de mediação da IECLB por meio do Jornal Evangélico é atravessado por conflitualidades e tensões produzidas pelas diferentes lógicas que configuram e caracterizam cada campo social e pelas quais ambos buscam afirmar autonomia em relação ao outro.

1. Natureza da mediação da IECLB

O processo de racionalização e fragmentação dos diversos domínios da experiência, que resultou nos campos sociais, trouxe consigo a necessidade social de especialização discursiva da sociedade. O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e informação fundou novas formas de interação social no tempo e no espaço e fez surgir o campo das mídias. Como o bem específico do campo das mídias é a palavra/discurso, ele assumiu um papel central de mediação na sociedade, desempenhando funções essencialmente de ordem simbólica. Assim, ao campo das mídias é atribuído pela modernidade a função genérica de regulação de todos os outros campos sociais, por meio da sua competência específica sobre o domínio da linguagem. A sua função mediadora garante a abertura dos campos sociais ao exterior, de modo que possam relacionar-se uns com os outros. “Esse processo de consolidação da legitimidade do campo das mídias consiste no reconhecimento da

competência própria do campo para selecionar e distribuir a informação a uma escala alargada no tecido social, conferindo, portanto, aos discursos um caráter público”². O campo dos mídias é, assim, uma instância de mediação social e sua legitimidade lhe é conferida pelos restantes campos sociais por delegação.

O campo dos mídias desempenha diversas funções para promover a interação dos demais campos sociais, das quais as principais são a de organização da sociedade, de articulação dos outros campos sociais entre si e de exposição dos campos sociais na esfera pública. Contudo, o exercício desse papel central na sociedade pelo campo dos mídias ocorre sob certas tensões, conflitualidades, convergências e divergências de campos. O campo dos mídias funciona assim também como um espaço de negociação e de gestão de conflitos. Ao mesmo tempo em que os demais campos sociais delegam ao campo dos mídias a sua legitimidade para atuar discursivamente sobre os demais domínios da experiência, também o acolhem com desconfiança, porque o discurso midiático dessacraliza o discurso dos demais campos e o naturaliza³. Além disso, os outros campos sociais desejam controlar o campo midiático, e este interfere no funcionamento daqueles. A presença central do campo dos mídias como mediador do processo pelo qual a sociedade é organizada, os campos sociais alcançam a sua visibilidade pública e ocorre a interação dos campos, com o concurso de dispositivos tecnológicos, é que tem sido chamado de *midiatização*.

A midiatização, portanto, em geral se caracteriza por conflitualidades, primeiro, porque os próprios campos sociais são marcados por concorrencias de ordem interna – é a definição dos objetos de disputa e os interesses específicos de um campo e pessoas dispostas a jogar o jogo que define um campo –, mas também em relação com os demais campos sociais – os campos sociais procuram impor aos outros campos sociais os seus quadros próprios de sentido de acordo com o seu

² ESTEVES, João Pissarra. A ética da comunicação e os media modernos. Legitimidade e poder nas sociedades complexas, 1998, p. 148.

³ RODRIGUES, Adriano Duarte. Estratégias da comunicação, 1997, p. 152-160.

domínio da experiência. Segundo, porque a mediação simbólica exercida pelo campo dos mídias por meio de sua competência discursiva submete todos os demais discursos dos campos sociais aos regramentos discursivos do campo midiático. E isso não é de fácil resolução porque quanto mais esotérico – sacralizado – o discurso de um campo, mais difícil será para o campo submeter-se à lógica discursiva midiática. É nesse sentido, portanto, que se operam as tensões e conflitualidades de campo na sociedade por meio da mídia.

Esta problemática tem sido abordada no contexto geral da sociedade, considerando os processos midiáticos de presença dos campos sociais nos meios de comunicação de massa. O próprio campo religioso tem, mais e mais, se submetido a esta lógica, sendo de tal forma afetado por ela, que muitos estudos do fenômeno de mediação do religioso têm se ocupado de investigar que religião emerge do campo midiático⁴. Meu interesse, no entanto, está em analisar essa problemática de mediação do campo religioso dentro do próprio campo religioso, ou seja, abordar o processo pelo qual o campo religioso institui um dispositivo midiático para realizar os processos de interação entre uma determinada instituição religiosa e seus públicos. Portanto, está em analisar o processo de mediação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) por meio do Jornal Evangélico. Trata-se de uma problemática mais complexa, uma problemática de mídia no interior de um campo que a institui como dispositivo e que, por causa dessa complexidade, deixa transparecer as suas conflitualidades. As lógicas, as culturas, os protocolos que caracterizam a comunicação estão, assim, alocados no interior do campo religioso, sendo afetados por ele e os afetando. Ou seja, por estar no interior do campo religioso e tendo sido instituído por ele, o dispositivo midiático não apaga as complexidades das suas lógicas. Antes, por serem lógicas singulares ao campo dos mídias, passam a se fazer presentes dentro do campo religioso e, assim, problematizam essa relação.

⁴ HOOVER, Stewart M. & LUNDBY, Knut. (org.) Rethinking media, religion, and culture, 1997.

Isso implica dizer que são os dispositivos midiáticos que, preponderantemente, instituem e refletem as lógicas do campo midiático, e não o contrário, e que, o fato de estar subordinado às lógicas do campo religioso não altera a lógica de funcionamento do dispositivo. Em outras palavras, o campo midiático mantém as suas lógicas de funcionamento ainda que se encontre no interior de um campo social determinado. Neste sentido, mantêm-se as conflitualidades, as lutas e as tensões inerentes ao campo⁵, no caso o campo religioso, e agregam-se a elas as conflitualidades e disputas inerentes ao processo de midiatização que ocorre no interior deste mesmo campo. Trata-se de um processo de midiatização específico, que reflete uma dinâmica de midiatização da sociedade para dentro do campo religioso, mas que acontece exclusivamente no interior do campo social da religião e é restrita a ele. Esta é a dinâmica do processo de midiatização da IECLB por meio do *Jornal Evangélico*.

No caso da relação entre a IECLB e o *Jornal Evangélico*, os embates envolvem estratégias sócio-discursivas, ou seja, refletem tensões e disputas de práticas sociais e de discurso. As práticas sociais estão relacionadas a políticas de estruturação e financiamento do dispositivo midiático dentro do campo religioso. As práticas discursivas, com os embates que se travam em torno das discursividades próprias de cada campo implicado.

Se no processo secular de midiatização as estratégias sociais implicam num funcionamento do campo midiático segundo processos de produção de uma indústria cultural, inserida num mercado de bens simbólicos, onde oferta e demanda se regulam mutuamente, no caso do *Jornal Evangélico* esta equação é modificada segundo a especificidade da sua relação com o campo religioso. Exemplo disso são as gestões em torno do processo de criação do *Jornal Evangélico* a partir da fusão de dois jornais regionais, um de Santa Catarina e outro do Rio Grande do Sul, para dar conta da sua sustentabilidade e da localização da sua sede.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*, 1983.

Não chegamos à *unanimidade quanto à sede* do Departamento Jornalístico. Considerou-se conveniente tê-lo perto dos dois jornais supramencionados. Por outro lado foram também destacadas as vantagens de este Departamento *estar perto da sede* da Igreja. Eu defendi este ponto de vista, mas houve *muita resistência* por parte dos *catarinenses*, que argumentaram dizendo que seria necessária a *distância geográfica para evitar que a cúpula da IECLB* tenha demais influência na seleção e formulação de notícias a serem expedidas pelo 'Pressedienst', portanto, *para garantir uma relativa liberdade* de expressão que não seria possível na Rua Senhor dos Passos (*sede da Igreja em Porto Alegre*), segundo afirmação de alguns colegas. (carta do pastor Hasenack à Presidência da IECLB sobre a criação do Departamento de Jornalismo, em 22/09/1970).

O comentário coloca em questão a autonomia do Jornal em relação à Igreja que o institui. Chega-se ao ponto de reivindicar distância da cúpula, por entender que esta teria influência demasiada sobre o serviço de notícias do jornal, e isso seria um tolhimento à liberdade de expressão. Essa preocupação procura demarcar o espaço de atuação do campo midiático em relação ao campo religioso, estabelecendo as fronteiras do que seria uma relação adequada. O aspecto político-geográfico da relação entre o jornal e a igreja poderia interferir no campo midiático, na sua competência discursiva. O aspecto econômico dessa relação fica explicitado em outra carta na qual se propõe a fusão dos jornais e se defende a sustentabilidade, mostrando o orçamento. "Os jornais fusionados garantem *realmente* a subsistência de um redator com tempo integral. Essa garantia se baseia no seguinte orçamento" (Carta do pastor Hilmar Kannenberg, presidente do Conselho de Imprensa Provisório, ao Conselho Diretor da IECLB, em 10/12/1970). E acrescenta ao final a sugestão de dois nomes para assumirem essa função de redator, sendo ambos pastores, ou seja, membros do corpo social que forma o campo religioso, embora com reconhecido conhecimento da prática jornalística. A criação de um jornal, portanto, implica na gestão de aspectos econômicos, estruturais e sociais que, de certo modo, interferem na prática discursiva.

Outra problemática de relação de campo que aparece nesse processo particular de midiatização é a presença de especialistas de outros campos, estranhos

ao campo midiático. As tensões de campo tendem a crescer na medida em que o jornal passa a ser redigido por especialistas do campo midiático. Isso o próprio pastor presidente da IECLB, aponta em conversa com o Conselho de Imprensa, em reunião de maio de 1974: “Com a organização de um serviço de imprensa por parte da Igreja, *com profissionais*, estabelece-se, de imediato, um *dilema*: os profissionais querem trabalhar com *critérios a eles inerentes* e a igreja pretende ver o seu interesse refletido neste trabalho. É natural que com isso surjam *atritos e discussões*”. (Pastor presidente da IECLB, Karl Gottshald, em ata da reunião do Conselho de Imprensa, 18 e 19 de maio de 1974). Como se pode observar, a autoridade máxima da Igreja reconhece os conflitos que advêm da relação entre o corpo social midiático e o corpo religioso, ou, dito de outro modo, entre o discurso midiático e o discurso religioso.

No entanto, nem tudo é conflito. Há espaços para negociações e concessões. Na mesma reunião do Conselho de Imprensa em que o pastor presidente e, por causa desta função, também diretor do Jornal Evangélico, aborda questões de relação entre o campo midiático e a igreja, o Conselho decide enviar correspondência ao Conselho Diretor da Igreja, “solicitando que o mesmo faça um pronunciamento mensal no Jornal Evangélico” (ata da reunião do Conselho de Imprensa, 18 e 19 de maio de 1974, Diversos 1.), porque a “IECLB pouco aproveita dos meios de comunicação existentes” (idem, item 8). É uma medida no mínimo estranha, porque sendo o jornal instituído e de propriedade da igreja, em princípio não seria necessário cobrar dela, igreja, a sua presença no noticiário do jornal. Portanto, mesmo ao criar o seu próprio dispositivo midiático para realizar a interação com seus públicos, a igreja, como corpo institucional diretivo, não se vale deles como poderia para consecução de suas estratégias. Surgem aí duas questões: Por que a direção da igreja não faz uso de seu jornal para realizar as suas estratégias de interação? E se a igreja não o faz, quem faz uso do jornal, a quem o jornal serve?

A resposta a estas questões está na relação de campos implicada no interior do campo religioso. A igreja não faz uso de seu jornal porque entende que, sendo o

jornal um dispositivo constituído por ela para esta finalidade, esse uso estratégico está implícito. No entanto, o campo midiático atua segundo suas próprias lógicas e nele estão implícitos outros valores e regras que divergem dos valores e regras do campo religioso. Por esta razão, o jornal não se sujeita sem constrangimentos à lógica do campo religioso. E aí já se encontra o que pode ser uma resposta à segunda questão. O jornal serve a seus próprios princípios, segundo as lógicas de produção, circulação e recepção de mensagens, definidas por valores notícias próprios do campo midiático.

Embora exista uma relação institucional direta do jornal com a igreja – é a IECLB que institui o Jornal Evangélico como seu dispositivo midiático para realizar as suas estratégias de interação com seu público – o jornal opera segundo suas próprias lógicas que são divergentes das lógicas do campo religioso. Esse processo através do qual a igreja instituiu uma mídia para realizar sua estratégia de comunicação se caracteriza como um processo de mediação do campo religioso. No entanto, ele guarda certas especificidades em relação a outros processos de mediação das religiosidades. Uma destas características específicas consiste de uma possibilidade maior de controle do campo midiático pelo campo religioso. Ainda que o dispositivo midiático mantenha suas características de campo, sua atuação, no caso específico, tende a restringir-se ao universo simbólico do campo que o instituiu, organizando e articulando as relações dentro deste campo. Exemplo disso são os editoriais que se valem de argumentos e jargões teológicos próprios do campo religioso, mas também a presença de muitas práticas discursivas no jornal que não são propriamente do campo midiático, como as meditações.

Essa especificidade do processo de mediação em questão, que submete a lógica de um campo (midiático) a outro (religioso) tende a, no máximo de controle, a diluir os diferendos e, no extremo oposto, onde o controle é mínimo, exacerbar as diferenças provocando tensões e conflitos irreconciliáveis. Mesmo assim, as conflitualidades e embates estratégicos que se configuram entre os agentes do campo

religioso e do campo midiático nesse processo de mediação religiosa operado dentro do campo religioso refletem os embates processados na mediação em geral. Ou seja, o que acontece na interação entre a IECLB, como entidade administrativa, seus membros e o Jornal Evangélico nesse processo particular de mediação é, em última análise, aquilo que acontece no mundo secularizado, ou seja, o Jornal Evangélico cumprirá tanto mais a sua função mediadora quanto mais exercer a competência discursiva que lhe é própria. Contudo, isso não se opera sem tensões e embates com o campo religioso.

Mas há também outros embates presentes no processo de mediação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana que resultam, sobretudo, da tentativa de apagamento das diferenças regionais, como abordo a seguir. Na fusão de dois jornais regionais em favor de um jornal nacional, fundem-se, na verdade, dois processos de mediação, que não se reconciliam no novo jornal e tendem, na verdade, a radicalizar as suas posições. Parte das tensões que atravessam o Jornal Evangélico resulta das divergências oriundas do interior do próprio campo religioso, na luta que os seus agentes travam pelo poder.

2 Aspectos históricos da mediação da IECLB por meio do Jorev - antecedentes

A imprensa evangélica no Brasil surgiu na segunda metade do século XIX. Seu desenvolvimento acompanhou o desenvolvimento das comunidades eclesiais, refletindo problemáticas inerentes à origem germânica da igreja luterana, às lutas pela hegemonia teológica e pastoral dentro do campo religioso, às novas questões que se colocam para a IECLB pelas novas religiosidades e ao papel da mediação da religião na sociedade brasileira nesta virada de milênio. Neste tópico vou abordar a história do processo pelo qual a IECLB, desde as suas primeiras

comunidades, constituiu a sua relação com a mídia⁶, particularmente, com o jornalismo, e que culminou com o surgimento do Jornal Evangélico, no ano de 1971. Abro com uma breve contextualização sobre o surgimento da igreja luterana no Brasil, para que o processo de midiaticização fique ancorado na história do campo religioso em questão.

A criação da IECLB remonta ao final da Segunda Guerra, quando o presidente do Sínodo Riograndense, pastor Hermann G. Dohms, em relatório à 45ª Assembléia Sinodal, realizada em 1946, “solicitou aos presentes que aprovassem a criação de uma Igreja Evangélica no Brasil, visto que havia uma expectativa por parte dos demais sínodos nesta direção. O alvo era a criação de uma igreja evangélico-luterana no Brasil”⁷. Havia, à época quatro unidades eclesiais, denominadas sínodos, que abrangiam juntas, a região Sul e Sudeste do Brasil. A ênfase na confessionalidade luterana, de acordo com Tessmann, tinha a ver com duas questões: ser uma espécie de reação aos equívocos da teologia étnica do nacional-socialismo (que se fez sentir entre alguns líderes e pastores das comunidades alemãs⁸) e possibilitar um trabalho conjunto com o Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul, de base acentuadamente luterana.

O termo “evangélica” caracterizava a igreja organizada e desenvolvida nos três sínodos de orientação teológica unida. “Evangélico era o termo usado para descrever a união das forças para a realização das tarefas pastorais e missionárias, o que geralmente intitula-se postura teológico-confessional unida”⁹, das Igrejas Unidas, Reformadas e Luteranas, como também ocorria nas igrejas mães na

⁶ A esse processo tenho me referido nos termos de uma midiaticização ainda que o conceito esteja associado a fenômenos mais contemporâneos e complexos de interação entre os campos sociais e o campo das mídias. Entendo, porém, que há níveis de midiaticização, desde o mais simples e difuso, como os primeiros jornais da igreja, até o mais complexo e estrito, como os fenômenos pelos quais a religião já nasce midiaticizada, caso da IURD, por exemplo.

⁷ TESSMANN, Mário Francisco. Alguns apontamentos para discussão sobre confessionalidade Luterana, 2001, p. 50.

⁸ Na sua obra *Igreja e Germanidade*, Martin Dreher (1984) aborda em detalhes esta questão. Veja especialmente o capítulo 7, p. 126 a 176.

⁹ FLUCK, Marlon. A confessionalidade dos egressos dos centros de formação teológica localizados em Basileia, 2001 p. 27.

Alemanha. Essa postura foi responsável pela implantação no Brasil de um tipo ‘suave’ de luteranismo, marcadamente ‘evangélico’, que qualificou e ainda qualifica a maioria das comunidades e escolas da IECLB nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Assim, logo após a Segunda Guerra, iniciaram-se as tratativas para a criação de uma Federação de Sínodos, que afinal foi constituída em 1950. Em 1954, no segundo Concílio, os membros da assembléia decidiram alterar o nome para Federação Sinodal Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. No quarto Concílio Geral, em 1962, os representantes dos Sínodos votaram pela supressão do termo original Federação Sinodal o que culminou com a fusão dos sínodos em um corpo eclesiástico único, constituindo assim, a 25 de outubro de 1968, a IECLB¹⁰. Cinco anos antes, porém, os dois sínodos estabelecidos em Santa Catarina e Paraná já haviam se tornado uma unidade. Do ponto de vista administrativo, a Igreja Luterana deixava para trás a divisão em sínodos e se constituía em quatro regiões eclesiásticas, sob a direção de pastores regionais.

A igreja que surgia da união dos sínodos, embora seguidora da reforma alemã de Martim Lutero, não cultivava um luteranismo confessional, mas um cristianismo confessional, visto que entre seus membros havia pessoas, ainda que em menor número, que cresceram com a tradição reformada¹¹. A IECLB fundamentava a sua confessionalidade na Confissão de Augsburgurgo e no Catecismo Menor de Martim Lutero, e afirmava o seu pertencimento à família das Igrejas que se orientam pela Reforma de Martim Lutero. De acordo com Joachim Fischer¹², a criação da Federação Sinodal, mais tarde denominada de IECLB, também fazia chegar ao fim o tempo em que os quatro sínodos de origem alemã no Brasil se entenderam como igrejas alemãs. “Houve uma redefinição de sua identidade e uma profunda reorientação de seu

¹⁰ DREHER, Martin. Igreja e Germanidade, 1986, p. 18.

¹¹ TESSMANN, op. cit., p. 50.

¹² FISCHER, Joachim. A origem e a influência do neo-luteranismo nas novas comunidades da IECLB, 2001.

trabalho. Acabou a identificação do ser cristão ou luterano com o ser alemão”¹³, Esse processo iniciou com a política de nacionalização de 1937 e anos seguintes no Brasil e a Segunda Guerra Mundial.

Neste período, os dois principais sínodos, o gaúcho e o catarinense, mantiveram seus órgãos de imprensa oficiais, com características peculiares a cada um, os quais vieram a fundir-se no projeto estratégico da igreja de publicar um jornal nacional que pudesse ser a voz da igreja para as comunidades.

Quando da criação do Jornal Evangélico, portanto, no início dos anos 70, estava em jogo na IECLB, a articulação da igreja em torno de uma unidade estrutural, a qual requeria uma centralização discursiva. O Jorev era a materialização do desejo da igreja de que, por meio de um jornal, se viesse a *constituir os vínculos*, que congregariam numa só família leitores de todas as comunidades. Além disso, o jornal deveria atuar no *fortalecimento da unidade* da igreja e *conquistar simpatizantes* fora do âmbito da própria igreja.

A criação de um jornal eclesiástico de abrangência nacional com a finalidade de promover *vínculo, unidade e conquista* surge no contexto de uma nova realidade eclesial. A lógica é que a constituição de uma unidade eclesial centralizada, com a formação da IECLB, em 1968, exigiria uma nova estratégia de comunicação, adequada à necessidade de consolidação desta nova estrutura de igreja. Contudo, como no processo de constituição da IECLB, também a criação do Jornal Evangélico respeita um procedimento de transição, que implica em preparação dos leitores e das leitoras para um novo mídia, ainda mais porque o jornal que surge é o resultado de uma *fusão* de, inicialmente, dois jornais sinodais, expressando, assim, uma idéia de continuidade e vínculo com uma tradição de imprensa evangélica que remonta ao final do século XIX.

¹³ FISCHER, op. cit. p. 14.

2.1 Os primeiros jornais protestantes no Brasil

Embora a presença evangélica no Brasil deu-se originariamente por causa da imigração alemã e suíça, o primeiro jornal protestante no país deve sua origem à presença de missionários protestantes da Igreja Presbiteriana Norte Americana, em São Paulo. O primeiro jornal evangélico do Brasil e da América do Sul chamava-se *Imprensa Evangélica* e foi fundado em 1864, em São Paulo, por um grupo de pastores presbiterianos e literatos com o objetivo expresso de difundir os ensinamentos bíblicos da religião cristã¹⁴.

No Sul do Brasil, contudo, os jornais protestantes não foram, em princípio, eclesiais¹⁵, provavelmente porque não havia, ao tempo de seu surgimento, uma unidade eclesiástica que congregasse as dispersas e autônomas comunidades evangélicas. Os primeiros jornais publicados para os imigrantes teutos no Rio Grande do Sul datam de 1836 e têm como característica serem empreendimentos pessoais com ênfase no político¹⁶. Foi justamente um jornal *político* que, indiretamente, contribuiu para o surgimento do primeiro jornal evangélico no Sul do Brasil. Trata-se do *Deutsche Zeitung* (Jornal Alemão), que circulou de 1861 a 1917, administrado por comerciantes porto-alegrenses e redigido por Carlos von Koseritz, que, em 1881, fundaria seu próprio jornal (*Koseritz' Deutsche Zeitung*) e o dirigiria até

¹⁴ Especial Ultimato 33 anos. In: Revista Ultimato n° 268, Jan/fev/2001.

¹⁵ Considero “eclesial” o jornal instituído no âmbito da igreja com finalidade de servir exclusivamente aos interesses da igreja.

¹⁶ A classificação do que seja um jornal *político* em língua alemã não é simples, segundo René E. Gertz (2004: 102). Jornais como o *Jornal Evangélico Luterano* (antigo *Sonntagsblatt*) e o *Sankt Paulus Blatt*, órgão de uma organização sócio-econômico religiosa católica denominada de União Popular, apresentavam em seus conteúdos “temas que, sem sombra de dúvida, eram nitidamente políticos, pois, ao defender os interesses econômicos, sociais e religiosos da população teuto-católica (e protestante de outro lado) gaúcha, defendia, por definição, questões que, no mínimo envolviam variáveis políticas” (ib idem: 102). É por esta razão que optamos por defini-los como jornais com *ênfase no político*, distinguindo-os de outras publicações, que, muito embora também abordassem questões políticas, tinham sua ênfase em outras áreas como a religião, a educação, a agricultura, a economia, etc.

1890¹⁷. É este jornal e seu editor que, indiretamente, vai desencadear o processo de midiaticização da igreja evangélica de origem alemã no Brasil.

O *Deutsche Zeitung* encontraria em São Leopoldo, a partir de 1867, o seu principal adversário. Fundado e editado por Julius Curtius Filho, o jornal *Der Bote. Amtliches Blatt für St. Leopoldo und die Colonien* (O Mensageiro. Folha oficial para São Leopoldo e as colônias) caracterizava-se pela oposição ao *Deutsche Zeitung*. “Tinha, porém, em comum com o jornal dirigido por Carlos von Koseritz o fato de ser anticlerical e combater, igualmente, o *Deutsches Volksblatt* (Folha do Povo Alemão), fundado por sacerdotes jesuítas, em 1871”¹⁸. O jornal dos jesuítas, também publicado em São Leopoldo, combatia o jornal de Koseritz que atacava a igreja católica¹⁹. Ou seja, a razão para que os teuto-evangélicos publicassem um jornal, ainda que não fosse um jornal eclesial, era a defesa dos interesses evangélicos, pugnando uma estratégia no campo dos mídias, contra o clericalismo católico e o ateísmo materialista.

Carlos von Koseritz²⁰ (1831-1890) foi o redator do *Deutsche Zeitung*. Escreveu primeiro em favor do protestantismo, porque via nele um baluarte para conservar entre os germânicos os valores da cultura germânica²¹. Além disso, Koseritz via no protestantismo um aliado na sua luta contra o *clericalismo* e o *ultramontanismo*, classificados de grandes perigos para o progresso da cultura e da civilização modernas. Contudo, já em 1870, ele escreveu que seu jornal não era um meio para defender os interesses evangélicos, e nos anos seguintes manifestou sempre mais a sua posição anticristã, defendendo que o materialismo científico junto com a idéia de

¹⁷ DREHER, Martin. A Participação do Imigrante na Imprensa Brasileira, 2004. p. 93.

¹⁸ DREHER, 2004, 93.

¹⁹ Enciclopédia Rio-grandense, 1968, p. 45.

²⁰ Um dos mais importantes seguidores do materialismo dos naturalistas alemães Vogt, Moleschott, Büchner, do filósofo ateu Ludwig Feuerbach e dos evolucionistas Charles Darwin e Ernest Haeckel. Era figura importante do partido liberal de então, brilhante jornalista, escritor elegante, tanto em português como em alemão. Enciclopédia Riograndense, 1968, p. 72.

²¹ Enciclopédia Riograndense, 1968, p. 72.

evolução dos seres vivos e do universo iria substituir, em poucos decênios, qualquer forma de cristianismo.

Entre o materialismo científico de Koseritz e o avanço da influência e do poder da Igreja oficial por meio do jornal jesuíta, os evangélicos – que eram minoria e não gozavam de direitos iguais aos cidadãos católicos – viram-se obrigados a defender a sua existência. Contudo, não possuíam um jornal para isso. Então, quando o editor do *Der Bote*, Julius Curtius Filho, convidou o pastor Dr. Wilhelm Rotermund, de São Leopoldo, para redigi-lo, este viu ali a oportunidade para melhorar a situação geral do protestantismo riograndense e passou a dar ao jornal uma orientação evangélico-luterana. Alguns meses depois, porém, Rotermund foi demitido e em 1879 o *Der Bote* encerrou suas atividades.

Rotermund, no entanto, estava convencido de que era necessário aos evangélicos possuírem o seu próprio órgão de imprensa para defender seus interesses. Assim, em 1880, ele passou a publicar o jornal *Deutsche Post* (Correio Alemão), que até o seu fim, em 1928, foi um periódico de decidida orientação evangélica embora não fosse da igreja. A oportunidade de publicar um jornal protestante surgiu quando, em 1880, Rotermund adquiriu uma tipografia. A tipografia tinha por finalidade servir a *Evangelische Buchhandlung* (Livraria Evangélica), empresa fundada por pastores e professores luteranos e que coube a Rotermund dirigir desde 1877. A partir do final da década de 1880, a livraria passaria a ser denominada de *Livraria de W. Rotermund* e mais tarde de *Editora Rotermund e Co.* A partir da tipografia e da editora, Rotermund desenvolveu um importante projeto de comunicação, que incluía não só a publicação de um jornal, mas toda uma gama de materiais impressos, de literatura a cartilhas para estudantes.

Da época da imigração até a Proclamação da República, os imigrantes alemães, e especialmente os de fé protestante, constituíam-se de cidadãos de segunda

classe e marginalizados. De acordo com Dreher²², fatores tais como o pouco contato com a população estabelecida no país por causa da instalação das povoações teutas geralmente em regiões pouco habitadas, a mentalidade brasileira vigente de que o trabalho braçal era indigno dos homens brancos e o conceito de que o cultivo da terra era atividade apenas de escravos – os colonos alemães cultivavam a sua própria lavoura – favoreceram a marginalização das povoações teutas, muitas das quais se constituíram em povoações etnicamente homogêneas. Aos imigrantes protestantes acrescentava-se aos fatores de marginalização o fato de professarem uma fé que, ao tempo em que o Brasil fora colônia de Portugal, fora proibida de ingressar no país e, inclusive, combatida²³.

É nesse contexto que emerge o trabalho do pastor Rotermund. De pastor de comunidades a autor de livros escolares, de editor de jornal a fundador e presidente do Sínodo Riograndense, Rotermund teve papel destacado na articulação das comunidades protestantes teutas em torno de uma unidade eclesial evangélica no Rio Grande do Sul²⁴ e na superação de sua marginalização. Mas ao mesmo tempo em que trabalhou pela edificação, fortalecimento e defesa dos cristãos evangélicos no Brasil, Rotermund também tinha interesse no fortalecimento e preservação da germanidade. Era natural, portanto, que ao assumir o *Deutsche Post*, Rotermund fizesse dele “porta-voz dos interesses luteranos, mas também dos interesses teutos,

²² DREHER, 1986, p. 39.

²³ Característico dessa marginalização religiosa é o fato de que as comunidades evangélicas não recebiam qualquer subvenção do governo imperial, ao passo que as católicas contavam com esse apoio financeiro. Também os matrimônios evangélicos, concluídos diante de um pastor protestante no Brasil ou no exterior eram considerados nulos e os filhos destes “concubinatos” não tinham direito a herdar os bens dos pais. Válidos eram apenas os matrimônios realizados por sacerdotes católicos. Em caso de matrimônios mistos, os filhos deviam ser batizados e educados na fé católica. Os problemas dos evangélicos, porém, não terminavam nem com a morte. Os cemitérios eram todos católicos e fechados aos evangélicos “para não profanar os campos consagrados” (Enciclopédia Riograndense, 1968: 55). Além disso, a Constituição Imperial proibia que as casas de oração de acatólicos apresentassem sinais exteriores de um templo, ou seja, que tivessem torres e sinos.

²⁴ A respeito da obra de Wilhelm Rotermund e seu papel central na defesa dos interesses protestantes, especialmente no Rio Grande do Sul, confira DREHER, Martim N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984, especialmente o capítulo 6. Também veja DREHER, M. N. A participação do imigrante na imprensa brasileira. In: DREHER, RAMBO e TRAMONTINI (org.). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004, p 94 e 95.

lutando por direitos políticos, culturais e étnicos. Não raro os conceitos *teuto* e *evangélico* tornavam-se para ele sinônimos”²⁵. Essa simbiose entre teuto e evangélico, ou seja, a relação em que cultura e religião se afetam mutuamente representou uma faca de dois gumes: se, inicialmente, favoreceu a conquista dos direitos evangélicos no País, também representou um problema para a consolidação de uma presença brasileira da Igreja Luterana.

O *Deutsche Post* deveria ter sido denominado de *Deutsche Brasilianisch Post* (Correio Teuto-Brasileiro), contudo, a falta de tipos impediu a composição do *brasilianisch*. O jornal iniciou com duas edições semanais com cerca de 300 exemplares. O seu conteúdo voltava-se para a cultura alemã e para a religião. “A tônica vai ser sempre: preservação dos valores religiosos e étnicos”²⁶, o que implica em duas frentes de lutas. Embora tentasse manter o jornal distante das querelas político-partidárias, Rotermund logo percebeu que não podia ficar alheio à política. Estrategicamente, passou a apoiar os políticos que pudessem defender a sua causa, procurando manter, contudo, a equidistância, o que também lhe valeu a acusação de que pretendia fundar um partido protestante com o apoio dos jesuítas!

Desde 1899, o jornal passou a ser editado três vezes por semana, e em 14 de agosto de 1914 tornou-se diário. No corpo do jornal havia diversos cadernos adicionais. Desde 1888, um desses cadernos era denominado de *Sonntagsblatt der Riograndenser Synode* (Folha Dominical do Sínodo Riograndense). A Folha Dominical vinha atender à necessidade dos evangélicos de terem um órgão de imprensa destinado exclusivamente a assuntos religiosos e eclesiásticos. Mais tarde esta folha tornou-se propriedade do Sínodo Riograndense e seu órgão oficial, sendo publicada semanalmente, em língua alemã, com oito páginas.

A maior organização das comunidades a partir do surgimento do Sínodo Riograndense, em 1886, é que exigia a publicação de um jornal eclesiástico. Neste

²⁵ DREHER, 2004, p. 95.

²⁶ Id ibidem, p. 96.

sentido, o processo de midiaticização dos protestantes luteranos no Rio Grande do Sul fez um movimento de fora para dentro, ou seja, as primeiras manifestações públicas por meio da mídia não foram em jornais eclesiais próprios, mas em publicações seculares que, por lutarem contra adversários comuns, encontraram nos protestantes aliados importantes nestes embates. Aliás, a aparição dos evangélicos na mídia resulta da necessidade de travar uma luta no interior do campo religioso. Quando a igreja se estrutura em unidades maiores que congregam diversas outras unidades menores, os interesses eclesiais de organização e articulação pedem uma mídia que realize esta função a partir de dentro do campo religioso. Surge assim, o jornal *Folha Dominical* que, em 1971 vai fundir-se com a *Voz do Evangelho*, jornal da igreja em Santa Catarina.

Naquele estado, o primeiro jornal evangélico surgiu em junho de 1893, em Blumenau (SC), por iniciativa do pastor Hermann Faulhaber. O jornal tinha o nome de *Der Urwaldsbote* (O Mensageiro da Selva). Ele teve duas fases distintas: na primeira, sob a direção de Faulhaber, “esteve exclusivamente a serviço dos interesses da igreja evangélica e da rede de escolas a ela vinculadas”²⁷. Ou seja, constituía-se em órgão oficial dessas entidades, para organizá-las e articulá-las num contexto de diáspora. Em nome da Conferência de Pastores Evangélicos, Faulhaber adquiriu, em 1893, a oficina tipográfica do extinto jornal *Immigrant*, e passou a editar o novo jornal, procurando manter-se distante das disputas políticas locais. Em 1897, o jornal passou a ser “o órgão oficial da Conferência Pastoral de Santa Catarina. Isto é, através deste jornal os pastores espalhados por Santa Catarina passavam informações e mensagens aos membros das suas comunidades”²⁸, visando, portanto, a oferecer formação evangélica e a estabelecer vínculos entre o colégio pastoral e os membros.

Um ano após, o pastor Faulhaber foi substituído na redação do *Der Urwaldsbote* por Eugen Fouquet, que iniciou uma nova fase no jornal. Fouquet, que

²⁷ KLUG, João. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina, 2004. p. 21.

²⁸ WEINGAERTNER, Nelso. Comunicação e informação na história das comunidades, abril/1995, p. 8.

ficou na redação até 1927, “imprimiu-lhe um perfil nitidamente de acordo com os cânones pangermanistas”²⁹. Ele entendia que o jornal devia contribuir para evitar o abasileiramento, sendo um veículo para a manutenção da língua, práticas, costumes e tradições dos antepassados alemães. Quando Fouquet assumiu, em 1898, a Conferência Pastoral vendeu-lhe o jornal, “que tornou-se, a partir de então, um jornal secular”³⁰. Em substituição, o colégio de pastores adotou o *Sonntagsblatt für die Evangelischen Gemeinden in Santa Catharina* (Folha Dominical para as comunidades evangélicas em Santa Catarina) como seu jornal oficial. A Folha iniciou sua publicação em dezembro de 1895, em Brusque (SC) tendo o pastor Wilhelm Gottfried Lange como seu redator. Seu objetivo era redigir um jornal dirigido às comunidades evangélicas. Circulou com este nome até janeiro de 1908, quando foi substituído pelo *Christenbote* (Mensageiro Cristão), editado em Blumenau (SC). Este manteve o mesmo objetivo daquele: zelar pelo interesse das comunidades evangélicas em Santa Catarina. De 1917 a 1919, sofreu uma interrupção por causa da Primeira Guerra Mundial, e voltou a circular até junho de 1941, chegando a ter em torno de quatro mil assinantes. Diferentemente do Rio Grande do Sul, os jornais catarinenses nascem no miolo do mundo evangélico, ou seja, o clero institui, para suas finalidades de pastoreio do rebanho, dispositivos midiáticos que lhes sirvam de suporte. Parece haver, portanto, uma interferência direta do campo religioso sobre o campo midiático.

Em Joinville, outra área de colonização alemã em Santa Catarina, foi lançado em junho de 1905, o jornal *Evangelisch-Lutherisches Gemeindeblatt* (Folha Evangélica Luterana) com um perfil mais confessional luterano e sob a liderança do pastor Otto Kuhr. “Com o seu lançamento iniciou um longo período de controvérsias entre as comunidades evangélicas de Santa Catarina que formavam dois sínodos: o Luterano e o Evangélico”³¹. Quando em 1962 os dois sínodos uniram-se para formar o Sínodo Evangélico Luterano Unido foi criado um novo jornal, com base nos dois pré-

²⁹ KLUG, op. cit. p. 21.

³⁰ WEINGAERTNER, op. cit, p. 8.

³¹ Ib ibidem, p. 8.

existentes, denominado *Voz do Evangelho*. Este jornal viria a constituir, em 1971, juntamente com o *Folha Dominical*, o *Jornal Evangélico*.

As duas vertentes principais do processo de midiaticização da IECLB, portanto, convergem na criação do *Jornal Evangélico* como meio de comunicação que a igreja constituiu para realizar a interação da instituição eclesial e seu corpo diretivo – pastor presidente e vices, Secretaria Geral e Conselho Diretor – com os membros da igreja vinculados a comunidades eclesiais, num contexto de centralização institucional. O processo de sua criação levou cerca de dois anos e foi caracterizado por embates e negociações que implicaram na conciliação de interesses díspares e de disputas de poder dentro do campo religioso, nem sempre evidentes. Abordo a seguir, a genealogia da estratégia pela qual dois jornais regionais tornaram-se um jornal nacional.

3. A gênese do *Jornal Evangélico*

A publicação do *Jornal Evangélico* culmina um processo histórico de constituição de uma relação de campos em que estão implicados um tipo de teologia protestante – a evangélica luterana – e um tipo de dispositivo midiático – a imprensa ou jornal. Esse processo, como visto acima, teve duas correntes distintas de midiaticização (uma que se movimentou de fora para dentro, ou seja, que veio do secular e desembarcou no campo religioso, e outra que se constituiu no interior do campo religioso e nele se desenvolveu), dois contextos diferentes para o seu desenvolvimento (os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina) e duas ênfases teológicas mais ou menos divergentes (uma evangélica aberta e uma luterana ortodoxa). Em que pese a tentativa de conciliação com a fusão das mídias que os representavam, estes antagonismos vão se revelar no processo de ideação, debate, planejamento e execução do projeto denominado *Jornal Evangélico*. A recuperação da gênese do *Jornal Evangélico*, portanto, desde que a idéia de um jornal nacional foi

pela primeira vez registrada e proposta até a sua consolidação dois anos depois, vai contribuir para o entendimento dos embates e disputas que se manifestam no processo de midiaticização da IECLB por meio de seu jornal principal. É a observação desse processo de instituição de um dispositivo midiático pelo campo religioso, ocorrido entre o final do ano de 1969 e o final do ano de 1971, que pretendo relatar neste ponto. Trata-se de uma investigação não da rotina de produção do jornal, mas de seu processo de surgimento, com base em registros – signos que desencadeiam processos de semioses³² – como artigos, documentos, correspondências, atas e relatórios.

Como já mencionei acima, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil é o resultado de um processo de unificação de quatro unidades eclesiais regionais autônomas, que se constituíram a partir das comunidades formadas por iniciativa dos imigrantes protestantes (luteranos, calvinistas, reformados) que vieram ao Brasil no século 19. Os quatro sínodos constituíram, em 1950, uma Federação Sinodal que, em 1968, passou a ser a IECLB. Uma das principais preocupações da nova instituição foi a de construir e garantir a unidade eclesial nacional a partir de certos dogmas e princípios de identidade comuns. Para dar conta desse desafio institucional, a IECLB formulou uma política de comunicação, e criou o Jornal Evangélico para ser o principal realizador dessa política. Sobre isso, o pastor presidente, Karl Gottschald, escreve na primeira edição do Jorev que ele nasce para “ser o principal vínculo, destinado a congregar numa só família leitores de todas as suas comunidades”. (Jorev *Por que um novo jornal*. Ano FD 86 n° 46 Ano VE 26 n° 11, de 15 de novembro de 1971, p. 1). Ou seja, o Jornal Evangélico é um dispositivo para realizar a política de comunicação da igreja, cuja ênfase, no contexto de sua fundação, é a sua unidade nacional.

Qual é a gênese dessa concepção do jornal? Naturalmente, que esta é uma questão que permanecerá aberta, uma vez que é impossível determinar o início de

³² SALLES, Cecília Almeida. *Crítica Genética*. Uma (nova) introdução, 2000.

qualquer processo de semiose. Contudo, é possível determinar com alguma certeza, com base nos registros de produção, quando a idéia foi documentada pela primeira vez e qual foi o processo que ela desencadeou para que se tornasse um produto³³. No caso do Jorev, parece que o processo foi desencadeado a partir de um artigo publicado na revista Estudos Teológicos, da Faculdade de Teologia. O artigo *Gedanken und Anregungen zur Zukunft unsere Kirche* – “Pensamentos e reflexões para o futuro da nossa Igreja”³⁴ saiu em 1969, no segundo número, ano nove da revista, e foi assinado pelo pastor Jost Ohler, que viria a ser mais tarde o primeiro redator do Jorev. Ao trazer seus pensamentos e reflexões para o futuro da IECLB, Ohler vê a necessidade de “maior intercâmbio noticioso entre as diversas comunidades que compõe a IECLB”. Ou seja, o pastor entende que há uma carência de informações sobre o que se passa no mundo da igreja, sobretudo, nas comunidades.

O artigo foi comentado na Conferência Pastoral do Distrito Eclesiástico Blumenau (SC), da Região Eclesiástica 2, realizada em 21 de maio de 1970. Incumbido pela conferência, o pastor distrital, Werner Brunken, encaminhou o assunto ao Conselho Diretor da Igreja, órgão deliberativo. Em correspondência, datada de 28 de maio de 1970, Brunken escreve que, “dentro do esforço de reestruturação da IECLB, não pode faltar a criação, e isto sem demora, dum departamento jornalístico, onde trabalhe uma pessoa apropriada com tempo integral. Esta pessoa coletaria todo o material de todas as comunidades e num jornal único seria levado às comunidades” (Carta ao CD, de 28/05/1970). Há uma preocupação em contribuir para que a unidade eclesial se consolide por meio do trabalho jornalístico, realizado por um agente do campo midiático, através de um único dispositivo de comunicação. Após um breve comentário sobre as condições de produção do jornal local, Brunken encerra, mostrando que a solicitação pede urgência e, portanto, que o Conselho Diretor “não engavete o assunto, mas o resolve

³³ Id. Ibidem.

³⁴ OHLER, Jost. *Gedanken und Anregungen zur Zukunft unsere Kirche*, 1969.

a passos largos, pois é de extrema importância para a concretização da unidade de nossa Igreja no Brasil”.

A carta deu entrada na Secretaria Geral da Igreja, em 2 de junho de 1970. Contudo, até 22 de setembro daquele ano não há nenhum registro de que o assunto tenha sido encaminhado. Nesta data, o pastor Johannes Hasenack, então diretor da Editora Sinodal e redator da Folha Dominical (jornal da RE 4, com sede em São Leopoldo - RS), escreve ao pastor presidente a respeito, informando que recebera das mãos do pastor regional Augusto E. Kunert (da RE 4), cerca de duas semanas antes (portanto, lá por inícios de setembro) “a carta de referência acima com a solicitação de devolver a mesma a V.S. com um parecer a respeito”. Na carta, de duas páginas, ele faz um relato sobre os encaminhamentos dados para a criação de um Departamento Jornalístico, dando conta de que o assunto foi tratado num encontro com colaboradores dos periódicos da IECLB, realizada em Indaial (SC), naqueles dias.

A criação do Departamento Jornalístico, então, é tratada como uma unanimidade. Contudo, há um alerta para a necessidade de contratar uma pessoa que se dedique integralmente ao jornalismo. Entenda-se aí que, diante das condições de produção dos atuais jornais regionais, feitos por pastores em horários de folga, um departamento jornalístico exigiria uma profissionalização dos serviços de comunicação. Esse departamento seria o órgão coordenador dos periódicos, do trabalho radiofônico e áudio-visual e do recolhimento e expedição de notícias para o jornal da igreja e para a imprensa secular. Uma outra pessoa seria contratada para redatora dos jornais Folha Dominical (da RE 4, com 86 anos de circulação no RS) e Voz do Evangelho (da RE 2, com 25 anos de publicação e circulação nos estados de SC e PR), ou seja, haveria, antes de mais nada, uma unificação da função de redação dos dois jornais.

Hasenack deixa transparecer no relatório uma referência à fusão parcial dos jornais Folha Dominical e Voz do Evangelho. Parece que o assunto já havia sido

tratado em alguma outra ocasião, mas não encontrei nenhum documento que dê conta dessa reflexão. O fato é que a fusão dos dois principais jornais regionais foi debatida na reunião de Indaial, e Hasenack assinala que “fomos unânimes na opinião de que tal jornal poderia ser redigido e impresso em Blumenau. Um “*Stamteil*” (um tronco) em ambos seria idêntico, ao passo que o noticiário poderia variar de acordo com a região de circulação: Notícias da Região 2 poderiam ser publicadas detalhadamente em Voz do Evangelho e resumidamente na Folha Dominical, e vice-versa, mas sempre cuidando para que o noticiário em ambos seja completo a fim de *favorecer a integração regional e o pensamento em termos eclesiais*.” Ou seja, uma nacionalização regionalizada, a modo de não apagar as especificidades regionais inscritas em cada uma das publicações. Além disso, há uma reivindicação de que o jornal fosse impresso em Santa Catarina.

A estratégia elaborada pelo grupo era de que durante uns dois anos, os jornais existiriam ainda separadamente. Mas sendo o mesmo redator, haveria condições para promover gradativamente sua fusão completa sob um só nome. Os jornais permaneceriam bilíngües, “apesar de fortes argumentos em contrário (M. Weingärtner)”. Os dois jornais em questão mantinham a maior parte das suas matérias em língua alemã. “Os fortes argumentos em contrário” indicam uma tensão presente neste processo e que, certamente, se relaciona com os ideais germânicos que querem ser refutados em favor da constituição de uma igreja brasileira. Esta discussão em torno da língua alemã acompanha o jornal até hoje.

Outro aspecto importante que o relatório do pastor Hasenack destaca é quanto às divergências observadas sobre o lugar da sede do Departamento Jornalístico, já referidas no tópico anterior. Nelas há uma tendência a rechaçar a sede da Igreja como lugar de produção do novo jornal, por correr-se o risco de fazer do jornal a voz “oficial” da cúpula, tolhendo as divergências. Por fim, destaca-se a sugestão de que o pastor Gierus, “pela experiência já tida, poderia ser o responsável pelos dois jornais parcialmente fusionados...” Friedrich Gierus era de Santa Catarina.

Nestas duas observações subsistem aspectos conflituais que remontam à própria constituição do campo religioso e os embates para a conquista de reconhecimento e de posições de poder. Nesse jogo, o dispositivo midiático representa um instrumento de consolidação de posições, onde fica evidente os diferendos marcados pelo contexto de sua atuação (uma igreja de Santa Catarina x uma igreja do Rio Grande do Sul).

Um mês após o envio do relatório da reunião de Indaial pelo pastor Hasenack, a IECLB reuniu-se em Concílio Geral, em Curitiba. O Concílio é a assembléia máxima da Igreja. Lá os delegados aprovaram a “instalação de um Conselho de Imprensa que deverá ser constituído por pessoas engajadas no serviço de publicações”. A ressalva parece apontar para a necessidade do especialista. A instalação do Departamento Jornalístico foi aprovada, mas condicionada à existência de recursos e pessoas capacitadas ou especialistas do campo midiático. “Foi aceita a moção no sentido da fusão parcial dos jornais Voz do Evangelho e Folha Dominical, estando previstos para isto um redator em tempo integral, o qual será remunerado pelas publicações fusionadas”, esclarece a ata do Concílio. Aqui, a assembléia máxima da igreja estabelece as condições de produção, ou seja, o jornal fusionado tem a aprovação da igreja, é da igreja, mas deve prover a sua própria sobrevivência. A crise econômica dos anos 80, no Brasil, vai ter impactos muito sérios sobre a publicação, o que vai precipitar um processo de mudanças radicais no jornal a partir dos anos 90.

Em decorrência da decisão conciliar, o secretário geral da IECLB, pastor Rodolfo Schneider, escreve correspondência aos membros do Conselho de Imprensa provisório, comunicando-lhes que o Conselho Diretor, em 25 de outubro de 1970, portanto, um dia após o término do Concílio, os havia nomeado para integrarem o Conselho e os incumbido de “elaborar um projeto de regimento interno e uma previsão de eventuais despesas”. A carta é expedida em 6 de novembro. No dia 10 de dezembro de 1970, o Conselho de Imprensa Provisório reúne-se pela primeira vez e

como item número um da pauta estabelece para si tarefas e metas. Depois passa a ocupar-se da fusão da Voz do Evangelho com a Folha Dominical. Com base no orçamento dos dois periódicos, o Conselho de Imprensa conclui que “os jornais fusionados garantem realmente a subsistência de um redator com tempo integral”. Para isso, apresentam estimativa de assinantes e relação de despesas e de receitas.

A ata relata ainda que, por causa da impossibilidade de “nivelção e uniformização do preço da assinatura”, porque os jornais têm periodicidades distintas (Voz do Evangelho é mensal e Folha Dominical, semanal) e já haviam estabelecido os seus preços para 1971, “os jornais continuarão a ser editados como até agora até 31 de outubro de 71”. No entanto, ressalva a ata, “o redator com tempo integral previsto e aprovado para a Folha Fusionada, assumirá as suas funções o quanto antes possível, mais tardar a 1º de junho de 1971”. A ele é dada a tarefa de redação da FD e VE individualmente, preparando leitores e assinantes para a fusão. A sua subsistência será paga por ambos os jornais a partir do momento em que assumir as suas funções, conforme orçamento detalhado no item 5 da ata.

Outra definição estabelecida na primeira reunião do Conselho de Imprensa provisório com relação ao novo jornal é de que já nos meses de novembro e dezembro de 1971, a Folha Fusionada seria editada quinzenalmente com oito páginas iguais para todo o âmbito da IECLB e com quatro páginas variáveis, com cabeçalho e conteúdo correspondentes aos dois jornais fusionados. O que efetivamente ocorre é que a primeira publicação do novo jornal ostenta no seu fiodata duas cronologias de edição, uma da Voz do Evangelho e outra do Folha Dominical.

Dois nomes são sugeridos pelo Conselho de Imprensa provisório para a redação dos jornais: o do pastor Friedrich Gierus ou o do pastor Jost Ohler. Sobre a sede do novo jornal, o Conselho também tem duas sugestões, caso haja dependências à disposição: a futura sede da RE 2, em Blumenau (SC), ou a sede da RE 4, em São Leopoldo (RS). O fluxo de notícias das comunidades para o jornal seria garantido, segundo propôs o Conselho de Imprensa, por correspondentes em cada Distrito

Eclesiástico – unidade menor que a região e que agrupa paróquias e comunidades – “podendo coincidir com os correspondentes do Departamento de Áudio-Visual”.

No dia seguinte à reunião do Conselho de Imprensa provisório, em 11 de dezembro de 1970, o pastor Hilmar Kannenberg, nomeado diretor do Conselho de Imprensa, assina correspondência ao Conselho Diretor da IECLB, reproduzindo as anotações da ata referentes à fusão dos jornais. No cabeçalho da carta, há uma anotação rubricada pelo secretário geral da Igreja, Rodolfo Schneider que diz o seguinte: “O pastor Hasenack falou comigo sobre o assunto. Sugeriu o pastor Ohler como redator, o qual estaria disposto, então, a ficar mais alguns anos no Brasil. A sede deste trabalho seria São Leopoldo?” Ohler era pastor cedido pela Igreja da Alemanha e foi, efetivamente, o escolhido para a função. Ele não era nem de Santa Catarina nem do Rio Grande do Sul, mas havia atuado no Espírito Santo. Nas entrelinhas, percebe-se uma tentativa de acomodar as divergências. Gierus, o outro indicado, atuava em Santa Catarina.

Há uma dúvida quanto à sede do jornal, que permanece mesmo depois que o secretário geral encaminhou ao diretor do Conselho de Imprensa Provisório, Hilmar Kannenberg, correspondência com o extrato da ata da reunião do Conselho Diretor que deu encaminhamento à fusão dos jornais. A esta carta não tive acesso. Mas em 28 de dezembro de 1970, o pastor Kannenberg escreve ao secretário geral pedindo esclarecimentos a esse respeito. Todos os demais pontos sugeridos pelo Conselho de Imprensa foram acolhidos pelo Conselho Diretor, a saber que o pastor Ohler seria o redator, que assumiria em 1º de junho de 1971, que os jornais seriam editados separadamente até 31 de outubro daquele ano e que a partir de novembro seriam fusionados. Contudo, escreve Kanneberg, “o que não me parece devidamente esclarecido é a sede da redação. A ata diz que o conselheiro pastor Kunert foi autorizado a garantir uma moradia para o redator. Concluo daí que a sede da redação coincidirá com a sede da Região Eclesiástica 4. Corresponde esta dedução?” A isto o secretário geral responde em carta de 29 de dezembro de 1970 que “tanto a

moradia do redator como a sede da redação deverão ser, efetivamente, em São Leopoldo”. A decisão de lotar a sede do jornal em São Leopoldo pode ser entendida como uma forma de manter o jornal perto da direção da igreja, mas não tão perto que pudesse sofrer interferência diretamente na sua produção.

Quase um ano depois, no dia 9 de setembro de 1971 o Conselho de Imprensa Provisório reúne-se pela segunda vez. Na pauta da reunião está principalmente o anteprojeto de seu estatuto. Dos documentos a que tive acesso até o momento, não há nenhuma manifestação sobre a fusão dos jornais, nem mesmo se a contratação do pastor Ohler aconteceu como prevista.

Sobre a fusão dos jornais, o Conselho de Imprensa Provisório concordou que a sua primeira edição sairia a 15 de novembro de 1971, contendo oito páginas em português, quatro páginas em alemão e quatro páginas de interesse regional em qualquer língua, dependendo do material enviado (a língua em que foi escrito). “Foi estabelecido também que cada assinante receberá as 16 páginas do novo jornal”, diz a ata. O nome da nova publicação seria *Jornal Evangélico*, baseado nas sugestões feitas pelos leitores de *Voz do Evangelho* e de *Folha Dominical*, onde figurou entre os mais cotados.

Por fim, o CIP aprovou sugestão de que fosse nomeado um diretor auxiliar para o novo jornal, uma vez que o diretor, pastor presidente Karl Gottschald, não conseguia, por causa de seu trabalho, ter conhecimento do conteúdo do novo jornal antes de sua publicação. A sugestão foi encaminhada ao pastor presidente em carta de 24 de setembro de 1971. Esta proposição parece apontar para o estabelecimento de certos procedimentos jornalísticos que permitam a agilidade dos processos e uma interferência dissimulada do campo religioso sobre o campo midiático.

O que esta breve observação da gênese do *Jornal Evangélico* aponta é que uma concepção geral e genérica de um produto midiático sofre inevitavelmente, ao longo do processo de sua produção, modificações significativas que o fazem avançar

e retroceder infinitamente. Tais modificações devem-se a atravessamentos de toda ordem, alguns marcados por conflitos de campo (no caso, entre o campo dos media e o campo religioso) e no campo (as lutas por poder no campo religioso), outros de natureza econômica e estrutural (garantia de recursos e organização), pessoal (de personalidade, capacidade ou vontade de ocupar determinado lugar e realizar determinada tarefa), histórica (a fusão de jornais com 86 e 25 anos de existência), contextual (os catarinenses versus os gaúchos), entre outros, que são inerentes ao sistema de trocas simbólicas que se estabelece entre os diversos protagonistas do processo nos diferentes campos sociais. Isso também demonstra que um processo é um movimento falível, e embora apresente tendências, ele se sustenta na lógica da incerteza, e engloba a intervenção do acaso, ao mesmo tempo em que abre espaço para a emergência de novos raciocínios que introduzem novas idéias³⁵. Isso implica admitir que o Jorev como um produto da igreja é marcado pelo seu processo de produção e que o seu significado transcende a si mesmo como produto, porque ele se completa no diálogo com sua tradição, com o campo que o criou, com o público com quem estabelece interação e com a visão que tem de si próprio como um dispositivo midiático-religioso. Essas marcas o acompanham também ao longo dos anos, como pretendo demonstrar a seguir.

4. O Jorev dos anos 1970 aos anos 1990

Os primeiros anos do jornal foram de afirmação de seu papel. Ao explicar na primeira edição, a logomarca do jornal (o desenho compõe-se de quatro elementos: a cruz, o círculo, o globo terrestre e as mãos), a redação escrevia que o Jornal Evangélico “quer mostrar o mundo de Deus sob a cruz. Um mundo em que há muita escuridão e miséria, aqui e em outra parte. Ele quer estimular a claridade e o bem. Para isto informações, relatórios e devoções deverão servir. Por último, entretanto, ele quer estimular e animar o leitor a desejar o presente que é a fé, aceitando-o

³⁵ SALLES, op. cit.

agradecido.” (*Jornal Evangélico Como nós o vemos* - Jorev - Ano FD 86 nº 46 Ano VE 26 nº 11, de 15 de novembro de 1971, p. 14). Esta definição de seu papel, explicitado na forma de um discurso religioso, demonstra a sua plena inserção no campo religioso. Contudo, isso não significa uma rendição incondicional à lógica da instituição, porque e especialmente nos primeiros anos, o jornal entendeu-se mais como a voz das comunidades do que como porta-voz da cúpula da igreja.

Um episódio ocorrido em 1973 mostra esse lugar do jornal e as tensões que advém dessa posição. Ao publicar uma matéria em defesa da Comunidade da IECLB em Belém do Pará, que havia solicitado um pastor com urgência, o Jorev informa que o Conselho Diretor achou inoportuno enviar um pastor para aquela comunidade. Em razão dessa informação, o Conselho Diretor encaminha correspondência ao editor do *Jornal Evangélico* solicitando que a notícia anterior seja desmentida, porque não correspondia aos fatos “uma vez que o Conselho Diretor jamais tomou a deliberação publicada” (Correspondência de 9 de abril de 1973, assinada pelo secretário geral da IECLB, Rodolfo Schneider). Em reunião dos órgãos de imprensa da IECLB, em 26 de abril de 1973, a ata relata a esse respeito que, sobre a notícia publicada no *Jornal Evangélico*, “será noticiado que houve um equívoco na publicação da notícia” e acrescenta as informações solicitadas pela correspondência anterior. Contudo, o redator do Jorev, pastor Jost Ohler, pede que “ao serem resolvidos, em reuniões na Secretaria Geral, assuntos de interesse para a publicação nos periódicos, seja ele convidado ou o pastor Kannenberg, a fim de se porem a par dos assuntos”. Com esta solicitação, o redator do Jorev transferiu para a Secretaria Geral boa parte da responsabilidade pelo erro da redação.

Em outro episódio, Ohler envia correspondência ao Conselho Diretor da IECLB cobrando porque o departamento de imprensa da igreja recebeu notícia sobre um pronunciamento eclesiástico oficial, ocorrido em janeiro, apenas no mês de março por meio de um boletim informativo da Federação Luterana Mundial. No terceiro

parágrafo Ohler dá a entender que este não foi o único caso em que informações importantes chegam com atraso e desabafa:

Não é possível que a Redação Central toma conhecimento de decisões e declarações importantes de sua Igreja através de *terceiros*, sendo estes *ainda* os meios de comunicação social do *exterior* (Carta ao Conselho Diretor da IECLB, em 5 de março de 1974, assinada pelo diretor executivo da Redação Central, Jost Ohler).

Esta crítica aponta para uma desarticulação entre jornal e direção da igreja, o que certamente vai culminar na avaliação que o Conselho de Imprensa faz em março de 1977, analisando “questões de ideologia e administração” (Carta aos Pastores Distritais, 7 de julho de 1977). As questões de ideologia apontam para o conteúdo do jornal que “não constitui o elo de ligação (sic) das comunidades entre si e delas para com a direção da igreja (e vice-versa) na dimensão como isso seria desejável” (idem). As questões administrativas dizem respeito aos sacrifícios financeiros que a Editora Sinodal vem assumindo, sem ter a contrapartida de um compromisso da igreja também. E neste sentido, a carta insinua que os pastores, sendo a maior autoridade nas suas comunidades, podem “facilitar ou dificultar a divulgação do jornal”. Por fim, revela que, “por questões pessoais de desentendimento com a Editora tem acontecido serem canceladas as assinaturas todas para comunidades inteiras. Isto não deveria acontecer”. A carta revela que o jornal está implicado em conflitos com o campo religioso – em questões que o especialista do corpo religioso não se reconhece no jornal – mas também da ordem dos conflitos intracampo da religião, como as disputas por poder e por autoridade.

Uma das mais fortes revelações da permanente tensão entre o campo midiático e o campo religioso veio numa correspondência do pastor Rolf Droste, em 14 de novembro de 1983, dirigida aos seus pares da Secretaria Geral, a respeito de uma carta publicada no Jorev assinada por Augusto Franke Bier, acadêmico de comunicação e que também já havia ilustrado o Jorev com caricaturas. O pomo da discórdia estava precisamente no fato de que o diretor do jornal, pastor Hasenack,

disse que “antes de dar atenção ao jornalístico, o Jorev deveria ser um veículo para propagar o evangelho”. E Bier na sua longa carta, diz tratar-se de “um senhor, que pouco ou nada entende de comunicação social e sem firmeza suficiente para suportar as pressões que seu cargo exige, ou seja, para comprar a briga do órgão que dirige.” E mais adiante afirma que “cabe à imprensa a denúncia, a polêmica, a discussão, o botar as cartas na mesa, a divulgação dos fatos e a veiculação dos fatos”. Se assim não for, Bier sugere que o quinzenário “passe logo a ser distribuído nas portas dos templos” como folhetos. Droste, que traz a polêmica para a sua carta, pergunta se não dá para colocar o Jorev em mãos de jornalistas melhor identificados com a igreja. E arremata dizendo que “o problema do Jorev é o seu espírito. E este é feito pelos redatores. Logo, deve-se colocar ali as pessoas certas.” O debate mostra uma crise sem precedentes de relação entre o Jorev, a Igreja e até mesmo os seus leitores. O conflito, como demonstrei, tinha como cerne a compreensão do papel do campo jornalístico e a qualidade de seu corpo de especialistas. Pastores e jornalistas vêm, assim, o Jorev segundo suas óticas e, na radicalização de posições, o conflito torna-se incontornável.

A postura crítica do jornal em relação à direção da igreja, tende a se atenuar, na proporção em que o Jornal enfrenta dificuldades financeiras. Em 15 de abril de 1982, o editorial expõe a situação financeira do Jorev e as medidas tomadas para conter despesas. Embora a crise se acentue e cada vez mais o jornal é debatido nas instâncias decisórias da igreja, o Jorev ainda assim se permite um tom crítico em relação à igreja. Em 1986, na edição de 9 de fevereiro, o editorial fala de um “divisor de águas” e cobra que “a Igreja tem que deixar clara a sua posição, a sua opção” em relação aos conflitos sociais. E diz que a IECLB tem se destacado pelos discursos progressistas, mas na prática não tem conseguido digerir os conflitos daí resultantes. Cobra por coerência da igreja.

Para agravar a crise, em 1º de abril de 1985, a Região Eclesiástica II, sucessora do Sínodo que publicava o Jornal Voz do Evangelho lança a primeira edição do seu

próprio jornal: *O Caminho*. Na base desta iniciativa está um descontentamento com a linha editorial do Jorev. Uma reunião dos meios de comunicação da IECLB, realizada em 10 e 11 de novembro de 1979 já apontava essa insatisfação. No item 3.3.1 da ata diz que havia “manifestações de vários setores da IECLB, solicitando um jornal mais edificante, de caráter mais evangelizante”. À sugestão de um segundo jornal que atendesse a estes interesses específicos, o diretor do Jorev lembra “que em 1978 o Conselho Diretor havia se posicionado contra um segundo veículo ao lado do Jorev, receando-se uma eventual polarização”. Estão presentes aí as velhas divergências teológicas que foram subsumidas com a fusão dos sínodos e também do jornais regionais. Diante da crise, os velhos protagonistas do campo reassumem suas posições de luta e voltam a competir pela hegemonia do campo, ainda que seja necessário constituir-se em poder paralelo.

Para fazer frente ao novo veículo, o Jorev se renova, introduzindo diversas colunas, entre elas uma chamada *Mensagem da Presidência*, assinada pelo pastor presidente ou um de seus vices (1º de janeiro de 1987). O jornal diz que estas mudanças são uma maneira de servir melhor ao leitor. Em fevereiro (edição de 22 de fevereiro a 14 de março) daquele ano o Jorev anuncia campanha para dobrar o número de assinantes. A campanha, contudo, não alcança seus objetivos e na edição de 13 a 26 de março de 1988, no editorial, o jornal toma os cem anos de imprensa evangélica no Brasil para cobrar “um esforço maior da Igreja em favor de seu jornal”. E sugere angariar mais assinantes através de subsídios da igreja para famílias pobres. Na edição de 25 de setembro a 8 de outubro, a crise “impõe demissões no Jorev” e o editorial dá conta de quatro pessoas dispensadas. Na edição seguinte (9 a 22 de outubro) o editorial clama “por uma Igreja mais solidária” e defende a necessidade de que o jornal seja assumido como veículo de comunicação da Igreja e destaca a importância do periódico para “unir o povo da IECLB em torno de seu Senhor e sua missão”. E na edição de 4 a 17 de dezembro de 1988 ele diz ao leitor que o jornal é necessário como meio de união na IECLB, colocando a questão como estando em jogo não um jornal, mas “uma causa da IECLB”.

A “causa” é assumida em 1989. Na edição de janeiro daquele ano o editorial avalia os momentos altos e baixos que o jornal viveu, informa sobre a crise financeira e dá conta de que recebeu auxílio do exterior para sua manutenção. E explica que “a partir dessa primeira edição de 1989, o logotipo do jornal terá o emblema da IECLB. Essa medida visa caracterizar a identificação do Jorev com a IECLB e fazer entender que o jornal é da IECLB toda”. Isso se concretiza definitivamente em 1992, quando ele deixa a sede da Editora Sinodal, em São Leopoldo (RS), e passa para a sede da igreja, em Porto Alegre. Essa mudança é mais do que uma questão de dar um novo endereço ao periódico. Ela implica numa transformação do processo de interação entre o jornal e a igreja, que o aproxima do corpo diretivo eclesiástico na mesma proporção em que o distancia da base comunitária da qual até então retirara a razão de sua existência.

Como procurei demonstrar com alguns exemplos, a caracterização de indicadores históricos da relação entre campo religioso e campo midiático aponta para marcas de conflitualidades de campo, mas que não se restringem a conflitos entre mídia e religião. Na verdade, a relação de campos é atravessada por batalhas, disputas e tensões que se manifestam e transcendem os campos. Contudo, o papel de mediação exercido pelo campo midiático e a sua competência discursiva específica, características peculiares de seu modo de se constituir, tendem a provocar, no processo de mediação dos demais campos sociais, conflitos e tensões muito mais complexos. No caso particular do processo de mediação da IECLB por meio do Jornal Evangélico, esta relação de campos torna-se ainda mais complexa pelo fato de que se constitui numa mediação operada dentro do próprio campo religioso por iniciativa deste, de modo que o jornal está implicado também nas lutas do campo religioso. Tais conflitos e tensões se revelam principalmente no discurso do jornal. Contudo, isso já é assunto demais para este artigo.

Referências

- BOURDIEU, P. – *Razões Práticas. Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Traduzido por Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro. Marco Zero. 1983.
- DREHER, Martin. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1986.
- DREHER, Martin. A Participação do Imigrante na Imprensa Brasileira. In: DREHER, RAMBO e TRAMONTINI (org.). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004. p 91-99
- ENCICLOPÉDIA Riograndense. 2º vol. 2ª ed. *O Rio Grande Antigo*. Porto Alegre: Sulina Editora, 1968.
- ESTEVES, João Pissarra. *A ética da comunicação e os media modernos. Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Fundação Calouste Kulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998.
- FAUSTO NETO, Antônio. *A Igreja doméstica: Estratégias televisivas de construção de novas religiosidades*. São Leopoldo: Cadernos IHU, Ano 2, nº 7. 2004
- FAUSTO NETO, Antônio. *Processos midiáticos e a construção das novas religiosidades: dimensões discursivas*. Unisinos/CNPq. Relatório e Pesquisa. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- FISCHER, Joachim. A origem e a influência do neo-luteranismo nas novas comunidades da IECLB. In: HOFFMANN, Arzemiro (org.). *Vertentes da identidade confessional da IECLB*. São Leopoldo: s/ editora, 2001. p. 6-23.
- FLUCK, Marlon. A confessionalidade dos egressos dos centros de formação teológica localizados em Basiléia. In: HOFFMANN, Arzemiro (org.). *Vertentes da identidade confessional da IECLB*. São Leopoldo: s/ editora, 2001. p. 24-39.
- FONSECA, Alexandre Brasil. *Evangélicos e Mídia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco : Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Cultura, meios de comunicação e Igreja*. São Paulo: Loyola, UCBC/OCIC-Br/UNDA-Br, 1987.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Processos Midiáticos e Construção de Novas Religiosidades. Dimensões Históricas*. São Leopoldo: Cadernos IHU, ano 2, nº 8, 2004.

Protestantismo em Revista

Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia
Volume 08, set.-dez. de 2005 – ISSN 1678 6408

HOOVER , Stewart M. & LUNDBY, Knut. (org.) *Rethinking media, religion, and culture*. Londres: Sage, 1997.

HOOVER , Stewart M. *Religion in a Media Age*. The International Study Commission on Media, Religion & Culture Religion in a Media Age. Public Lecture, the University of Edinburg. , March 4, 1997. (Mimeo)

KLUG, João. Imprensa e imigração alemã em Santa Catarina. In: DREHER, RAMBO e TRAMONTINI (org.). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST, 2004. p 13-25.

OHLER, Jost. Gedanken und Anregungen zur Zukunft unsere Kirche. In: *Estudos Teológicos*, nº 2 ano 9, São Leopoldo, 1969.

RODRIGUES, Adriano Duarte. A gênese do campo dos mídia. (org) SANTANA, R.N. In: *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. Ed. Renan, 2000, pp. 201-214.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da comunicação*. 2. ed. Lisboa: Ed. Presença, 1997. 152-160.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Experiência, modernidade e campos dos media. In: *Ciberlegenda. Número 3*, 2000. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal Fluminense.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Formas de sociabilidade e modelos comunicacionais. In: *Comunicação e cultura – a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Ed. Presença. 1998. p. 128-140.

SALLES, Cecília Almeida. *Crítica Genética. Uma (nova) introdução*. São Paulo: Educ. 2000.

TESSMANN, Mário Francisco. Alguns apontamentos para discussão sobre confessionalidade Luterana. In: HOFFMANN, Arzemiro (org.). *Vertentes da identidade confessional da IECLB*. São Leopoldo: s/ editora, 2001. p. 50-57.

VERÓN, Eliseo. Esquema para la análisis de la mediatización In: *Revista diálogos*. N. 37. Lima, 1987.

WHITE, Robert A. Religião & Mídia – Na construção de culturas. In: HOOVER , Stewart M. & LUNDBY, Knut. *Rethinking media, religion, and culture*. Tradução do PPGCOM Unisinos. Thousands Oaks/ Londres/Nova Deli: Sage Publications. International Educational and Professional Publisher, 1997.

WEINGAERTNER, Nelso. Comunicação e informação na história das comunidades. In: *Jornal O Caminho*, abril/1995, p 8.